

MetLife Planos Odontológicos Ltda.

CNPJ nº 03.273.825/0001-78 - ANS 40.648-1



Navigating life together

Relatório da Administração

Temos a satisfação de apresentar aos nossos acionistas, parceiros de negócios e clientes as Demonstrações Financeiras da MetLife Planos Odontológicos Ltda. ("Operadora"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

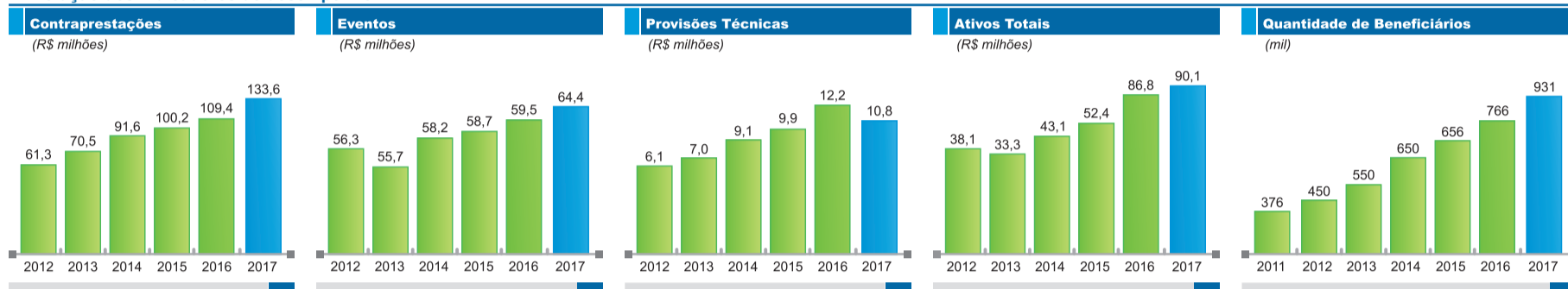
A empresa

A Operadora faz parte do grupo americano MetLife Inc., líder global de seguros, planos de previdência e programa de benefícios para empregados, servindo 100 milhões de clientes em cerca de 40 países. O grupo obteve no exercício de 2017 arrecadações de

prêmios, tarifas e outras receitas de US\$ 45,8 bilhões e acumulou ativo total de US\$ 719,9 bilhões.

Atuando no Brasil desde 2008 no segmento de operação de planos de assistência odontológica, conta hoje com uma rede refinanciada de mais de 30 mil opções de atendimento em todo o Brasil, mais de 931 mil beneficiários cobertos, apoiados por uma estrutura com 90 colaboradores.

Evolução dos indicadores de desempenho



Desempenho:

Os ativos totais fecharam em um patamar de R\$ 90,1 milhões no final do exercício e o patrimônio líquido foi de R\$ 67,5 milhões, com lucro líquido de R\$ 24,8 milhões. As provisões técnicas totais atingiram o montante de R\$ 10,8 milhões e o montante das contraprestações em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 133,6 milhões.

No exercício de 2017, a Operadora efetuou pagamento de tratamentos odontológicos de seus beneficiários no montante de R\$ 68 milhões. Este valor corresponde a 79.209 repasses pagos no período. No mesmo período, o índice de sinistralidade obteve foi de 48,2%.

O cenário econômico em 2017 foi caracterizado pela redução das pressões inflacionárias e continuidade do ciclo de redução da taxa Selic pelo Banco Central dada a ancoragem das expectativas futuras em relação aos preços. No âmbito internacional, o crescimento sustentado das economias desenvolvidas frente a um cenário benigno de inflação e a retirada progressiva dos estímulos monetários foram os fatores que influenciaram os mercados. Antevendo as condições do mercado para 2017, principalmente em relação a inflação e taxas de juros, a Operadora decidiu pela alocação em ativos pré-fixados em diferentes prazos. Tal estratégia viabilizou um resultado superior ao obtido no mesmo período em 2016.

Investimentos:

A Operadora vem dando ênfase no desenvolvimento de novos canais de distribuição, aproveitando as competências em sistemas de gestão e produtos, bem como com pessoas com capacitação nesses assuntos, hoje existentes nas outras operações da própria MetLife na América Latina.

Como plano de longo prazo, um dos pontos estratégicos da Operadora é investir na melhoria contínua dos serviços para aprimorar ainda mais o atendimento a segurados e corretores, sustentado pelos investimentos em Tecnologia da Informação.

Em recursos humanos, para apoiar a execução da estratégia da Operadora, estão sendo realizados investimentos para a formação de uma liderança forte e para capacitação das equipes.

Governança Corporativa:

A Operadora segue as políticas adotadas pela matriz dando grande importância à manutenção de adequados processos de controles internos e estrito cumprimento das políticas e procedimentos estabelecidos pela Administração, e pelos reguladores (Compliance). A Operadora vem continuamente aperfeiçoando suas políticas, suas ferramentas e investindo em treinamento de funcionários voltados aos processos de prevenção a fraudes, lavagem de dinheiro e comportamento ético.

A Deloitte, empresa de auditoria externa, e a área de auditoria interna gerenciada diretamente pela matriz, são as entidades que prestam serviços de auditoria. A auditoria interna tem um papel fundamental no sistema de controles internos e avaliação de riscos da Operadora, da mesma maneira como o Departamento de Controles Internos, a Auditoria revisa periodicamente os processos da Companhia a fim de atestar que os controles utilizados para mitigar os riscos estão funcionando adequadamente. A estrutura de Auditoria Interna da Operadora se reporta diretamente a Auditoria Interna da Matriz da Companhia, comprovando assim sua independência. O escopo do trabalho a ser seguido durante o ano por esta unidade é definido com base na criticidade de cada processo, o tempo da última avaliação realizada e a necessidade do negócio. A análise dos riscos e controles operacionais identificados pela estrutura de controles internos é documentada em controles eletrônicos, com revisão e relatórios periódicos a equipe Regional Latam. Para os riscos relacionados às normas e regulamentos e para os riscos apontados pela auditoria interna é utilizado o sistema GRC, onde são inseridos os riscos, avaliações e planos de ação.

Compromisso e agradecimentos:

A diretoria da Operadora está confiante no crescimento de suas operações no Brasil e na continuidade dos seus investimentos. O nível de crescimento atingido ao longo destes anos, caracterizado por um forte incremento das vendas, base de clientes e alcance geográfico e o resultado positivo e consistente atingido a partir de 2014 nos deixam confiantes de que estamos construindo uma operação sólida e de longo prazo. Aproveitamos para reiterar nossos votos de estima à Agência Nacional de Saúde - ANS, aos nossos parceiros de negócios, clientes em geral e aos nossos colaboradores, a quem expressamos um especial reconhecimento pelo empenho e competência dedicados à MetLife Planos Odontológicos Ltda., promovendo uma constante melhoria dos produtos e serviços oferecidos aos nossos clientes.

A Administração.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2017	2016
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		133.642	109.424
Contraprestações líquidas	14	139.655	114.197
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(6.013)	(4.773)
Eventos indenizáveis líquidos	15	(64.467)	(59.545)
Eventos indenizáveis		(68.846)	(58.621)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		4.379	(924)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		69.175	49.879
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	16	17.523	249
Outras despesas operacionais	17	(12.478)	(7.670)
Resultado bruto		74.220	42.458
Despesas de comercialização	18	(13.280)	(11.757)
Despesas administrativas	19	(37.098)	(28.722)
Resultado financeiro líquido	20	11.798	4.083
Receitas financeiras		12.601	6.071
Despesas financeiras		(803)	(1.988)
Resultado antes dos impostos e das participações		35.640	6.062
Imposto de renda	21	(1.797)	(2.330)
Contribuição social	21	(664)	(1.101)
Impostos diferidos	21	(8.395)	21.507
Lucro líquido do exercício		24.784	24.138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	24.784	24.138
Outros resultados abrangentes		
Ativos financeiros disponíveis para venda:		
Ajuste com títulos e valores mobiliários	1.825	3.670
Efeitos tributários	(941)	(1.890)
Resultado abrangente total do exercício	26.609	27.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo; ou
- For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Operadora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Resultado Financeiro", na demonstração do resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos e não classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidas no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em ganhos e perdas não realizados, no patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

c) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados no ativo dentro da categoria de empréstimos e recebíveis e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado "contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde". A provisão para perda sobre créditos é constituída conforme RN nº 314/12 com base em análise de créditos a receber vencidos acima de 60 dias para clientes pessoas físicas e 90 dias para pessoa jurídica, em montante suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização desses créditos.

d) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando-se em consideração a vida útil e econômica dos bens.

e) Intangível

Representado por licença de uso de software, amortizados pelo prazo de 60 meses.

f) Demais ativos realizáveis a longo prazo
São representados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as provisões para perdas.

g) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Provisão de eventos a liquidar
Os custos dos serviços prestados são registrados com base nas notificações dos prestadores de serviços da rede credenciada quando da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, em contrapartida às contas de resultado de eventos indenizáveis líquidos.

Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2017	2016		Nota explicativa	2017	2016
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante		14.374	23.011	Circulante		21.662	19.909
Disponível		39	129	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		10.794	12.228
Realizável	4	14.335	22.882	Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG		106	-
Aplicações		7.253	16.698	Provisão para eventos ocorridos e não avisados	9c	6.470	10.848
Aplicações livres				Provisão de eventos a liquidar	9b	4.218	1.380
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5	4.068	4.326	Débitos de operações de assistência à saúde		6	-
Contraprestações pecuniárias a receber		4.068	4.326	Comercialização sobre operações		6	-
Créditos tributários e previdenciários	6	2.063	1.310	Tributos e contribuições a recolher	10	2.443	1.920
Bens e títulos a receber	7	320	539	Débitos diversos	11	8.419	5.761
Despesas antecipadas		631	9				
Não circulante		75.697	63.761	Não circulante		957	22.192
Realizável a longo prazo		74.534	62.170	Provisões para tributos diferidos		910	-
Aplicações	4	61.372	40.586	Provisões para ações judiciais	12	47	22.192
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		15.247	14.301				
Aplicações livres		46.125	26.285	Patrimônio líquido		67.452	44.671
Ativo fiscal diferido	6	13.113	21.537	Capital social	13 a)	39.944	39.944
Depósitos judiciais e fiscais		46	47	Ajuste de avaliação patrimonial	13 b)	1.765	(60)
Outros créditos a receber a longo prazo		3	-	Lucros acumulados		25.743	4.787
Imobilizado		57	95				
Imobilizado de uso próprio		57	95	Total do passivo e patrimônio líquido		90.071	86.772
Hospitais/odontológicos		21	33				
Não hospitalares/odontológicos		36	62				
Intangível	8	1.106	1.496				
Total do ativo		90.071	86.772				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Ganhos e perdas não realizados	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		39.944	(3.730)	(19.351)	16.863
Ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários		-	3.670	-	3.670
Lucro líquido do exercício		-	-	24.138	24.138
Saldos em 31 de dezembro de 2016		39.944	(60)	4.787	44.671
Ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários	13 b)	-	1.825	-	1.825
Lucro líquido do exercício		-	-	24.784	24.784
Destinações:					
Juros sobre capital próprio	13 c)	-	-	(3.828)	(3.828)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		39.944	1.765	25.743	67.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais - R\$)

	2017	2016		2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			Aumento em caixa e equivalentes de caixa	(90)	(285)
Recebimento de planos saúde	136.678	115.090	Ativos livres no início do exercício	43.113	31.144
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(64.564)	(58.421)	Ativos livres no final do exercício	53.417	43.113
Pagamento de comissões	(14.489)	(10.495)	Aumento nas aplicações financeiras - Recursos livres	10.304	11.969
Pagamento de pessoal	(11.290)	(11.705)	Lucro líquido do exercício	24.784	24.138
Pagamentos de pró-labore	(123)	-	Mais	(21.720)	2.434
Pagamento de serviços de terceiros	(2.263)	(2.372)	Depreciações e amortizações	425	485
Pagamento de tributos	(17.948)	(15.402)	Juros e variações monetárias sobre provisões para ações judiciais e obrigações fiscais	(22.145)	1.949
Pagamento de aluguel	(282)	(240)	Atividades operacionais	(3.154)	(26.778)
Pagamento de promoção/publicidade	(177)	(330)	Variação das aplicações	(8.575)	(9.942)
Aplicações financeiras	(2.826)	(4.108)	Variação dos créditos de operações com planos de assistência à saúde	258	(1.010)
Outros pagamentos operacionais	(22.806)	(12.222)	Variação dos títulos e créditos a receber	7.890	(18.455)
Caixa líquido das atividades operacionais	(90)	(206)	Variação das despesas antecipadas	(622)	(1)
Atividades de investimento			Variação de outros créditos a receber	1	(84)
Pagamento de aquisição de imobilizado - Outros	-	(54)	Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(1.434)	29
Pagamento relativo ao ativo intangível	-	(24)	Variação dos débitos de operações de assistência à saúde	6	-
Caixa líquido das atividades de investimento	(79)	(79)	Variação dos tributos e contribuições a recolher	523	131
Aumento/redução em caixa e equivalentes de caixa	(90)	(285)	Variação de débitos diversos	(1.170)	618
Variação de caixa e equivalente de caixa			Variação de provisões para tributos diferidos	(31)	1.936
Saldo inicial	129	414	Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(90)	(206)
Saldo final	39	129			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais - R\$)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A MetLife Planos Odontológicos Ltda. ("Operadora") está localizada na Rua Flórida, 1.595 - Brooklin Novo, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, cuja controladora final é a MetLife Inc., uma sociedade de capital aberto devidamente constituída no Estado de Delaware nos Estados Unidos da América, localizada na 1.095 Avenue of the Americas, Nova York, e tem por objetivo a operação de planos privados de assistência à saúde, exclusivamente odontológicos, bem como a realização de outras atividades condizentes com esse objetivo.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e de acordo com o Plano de Contas instituído pela Resolução Normativa - nº 290 de 27 de fevereiro de 2012 e alterações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sendo as principais práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3.

3 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até 3 meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estes eram compostos por saldos de caixas e bancos registrados na rubrica "Disponível".

b) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

MetLife Planos Odontológicos Ltda.

CNPJ nº 03.273.825/0001-78 - ANS 40.648-1



MetLife

Navigating life together

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais - R\$)

Provisão de eventos ocorridos e não avisados

A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA é apurada conforme Resolução Normativa - RN nº 393/15 e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que ainda não tenham sido notificados à Operadora. A Operadora constitui a PEONA integralmente utilizando metodologia atuarial própria conforme instrução da RN nº 393/15.

Provisão para prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG)

A Provisão para Prêmios/Contraprestações Não Ganhas (PPCNG) é calculada "pro rata die" relativa à parcela de prêmio/contraprestação cujo período de cobertura do risco ainda não decorreu, conforme Resolução Normativa - RN nº 393/15.

h) Reconhecimento das receitas operacionais

As receitas de contraprestações dos planos de assistência odontológica são reconhecidas, observados os períodos de coberturas contratuais, pelo regime de competência. As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência odontológica são contabilizadas pelo regime de competência.

i) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com operação própria de atendimento odontológico são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pelos profissionais e pelas clínicas conveniadas são contabilizados com base nas notificações comunicando a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

j) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das correspondentes variações monetárias e dos encargos incorridos.

k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$240 no exercício. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

l) Imposto de renda e contribuição social diferido

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "Liability Method", equivalente ao CPC 32) de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para seus rendimentos gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o montante do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, aprovados anualmente pela Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Operadora e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

m) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros". Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Foi adquirido, principalmente, para a recompra no curto prazo.
 - Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros gerenciados pela Operadora e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo.
 - E um derivativo não designado como instrumento de "hedge" efetivo.
- Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Resultado Financeiro", na demonstração do resultado.

n) Obrigações legais

A avaliação da provisão para os processos judiciais, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC nº 25 - Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes. As provisões para processos judiciais são classificadas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os processos judiciais classificados como perda provável são integralmente provisionados, como provisão para perdas tributárias.

Obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independem da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, bem como os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal.

o) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, ajustes na provisão para realização de contas a receber, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões técnicas e para riscos ou perdas tributárias. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá vir a ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Operadora revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

p) Normas e interpretações novas e revisadas e já emitidas e não adotadas

O CPC editou os pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas abaixo. Em decorrência do compromisso do CPC e ANS de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam aprovados pela ANS até a data de sua aplicação obrigatória.

(CPC 47) - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Essa norma é efetiva para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 e não se aplica a contratos de seguro dentro do alcance do CPC 11 - Contratos de Seguro e futuramente do IFRS 17. (CPC 48) - "Instrumentos Financeiros" - aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traza, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abrange as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. Foi concedida uma isenção temporária da aplicação da IFRS 9 para as companhias seguradoras, diferindo sua aplicação para quando da adoção inicial da IFRS 17.

(IFRS 17) - Contratos de Seguro: O pronunciamento substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguros:

- Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
 - Premium Allocation Approach (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;
 - Variable Fee Approach: abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.
- Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:
- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
 - Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
 - Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
 - Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.
- Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

4 APLICAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

	2017		2016	
	Custo atualizado	Valor justo	Ajustes tribu-tributos TVM tários (iii)	Valor justo
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Mantidos para negociação:				
Fundos de Investimento - renda fixa (i), 7.253	7.253	-	-	8.646
Total títulos para negociação	7.253	7.253	-	8.646
Ativos financeiros disponíveis para venda:				
Notas do tesouro nacional - NTN (ii) 58.288	54.617	2.329	(793)	1.536
Letras do tesouro Nacional - LTN (ii) 6.409	6.755	346	(117)	229
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (ii)	-	-	-	6.126
Total títulos disponíveis para venda	58.697	61.372	2.675	(910)
Total	65.950	68.625	2.675	(910)

(i) O valor das cotas de fundos de investimento - renda fixa foi apurado com base nos valores das cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Operadora aplica seus recursos. Os fundos de investimento em que a Operadora aplica não são exclusivos. (ii) Os títulos públicos federais foram atualizados pela variação da taxa SELIC e foram ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Estes títulos possuem mercado ativo com liquidez diária.

(iii) Valores contabilizados diretamente em conta de patrimônio líquido - ganhos e perdas não realizados - TVM.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os títulos públicos integrantes da carteira encontram-se sob custódia de instituição financeira intermediária. A custódia das cotas dos fundos de investimento são mantidos diretamente pelos administradores desses fundos.

Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, são classificados nos níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo:

- Mensurações de valor justo de nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

- Mensurações de valor justo de nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as mensurações dos instrumentos financeiros foram obtidas de preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (nível 1).

b) Aplicações por prazo de vencimento

Em 31 de dezembro de 2017, os vencimentos dos ativos estão distribuídos conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Até 3 meses ou sem vencimento		6 a 12 meses		Acima de 3 anos		Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	7.253	-	-	-	-	-	7.253
Quotas de fundos de investimento abertos	7.253	-	-	-	-	-	7.253
Ativos financeiros disponíveis para a venda	-	-	61.372	61.372	-	-	61.372
Títulos de renda fixa públicos	-	-	61.372	61.372	-	-	61.372

5 CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE (CLIENTES)

Os Créditos de operações com planos de assistência à saúde são inicialmente reconhecidos pelo valor justo. Considerando que as operações têm prazo médio de recebimento de até 30 dias, a Administração entende que os ajustes a valor presente resultariam em efeitos imateriais nas demonstrações financeiras:

	2017		2016	
	A vencer	Vencidas	A vencer	Vencidas
Até 30 dias	3.670	1.701	848	5.281
De 31 a 60 dias	1.701	848	5.281	7.432
Acima de 60 dias	848	5.281	7.432	4.068
Total líquido	3.670	1.701	848	5.281

	2017		2016	
	A vencer	Vencidas	A vencer	Vencidas
Até 30 dias	2.596	2.062	171	1.300
De 31 a 60 dias	2.062	171	1.300	1.803
Acima de 60 dias	171	1.300	1.803	4.326
Total líquido	2.596	2.062	171	1.300

a) Movimentação de faturas a receber:

	2017	2016
Contraprestações a receber no início do exercício	4.326	3.315
Contraprestações emitidas	140.887	117.506
Recebimentos	(135.516)	(115.090)
Constituição de provisão para perdas sobre crédito	(5.793)	(1.563)
Reversão de provisão para perdas sobre crédito	164	324
Baixas/cancelamentos	-	(166)
Contraprestações a receber no final do exercício	4.068	4.326

6 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2017, a Seguradora apresenta base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal no montante de R\$ 22.458 (R\$ 25.640 em 2016) e diferenças temporárias no montante de R\$ 16.110 (R\$ 37.617 em 2016) a compensar com lucros futuros. A legislação permite que bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores sejam compensadas com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% de cada lucro tributável auferido em determinado ano.

Em 31 de dezembro de 2016, amparada no seu histórico de lucros dos últimos três anos e nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a Administração contabilizou os devidos créditos fiscais diferidos decorrentes do prejuízo fiscal, no montante de R\$ 22.458 (R\$ 25.640 em 2016), e de diferenças temporárias no montante de R\$ 16.110 (R\$ 37.617 em 2016), conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Impostos a compensar (i)	2.063	1.310
Sobre outras diferenças temporárias (a)	5.477	12.790
Sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (a)	7.636	8.717
Sobre marcação a mercado de título classificado como disponível para venda	-	30
Total	15.176	22.847

(i) Os impostos a compensar são formados, substancialmente, por créditos a compensar de órgãos públicos.

a) Demonstração do cálculo do crédito tributário:

	2017	2016
Base negativa acumulada de contribuição social	22.458	25.640
Adições temporárias (i)	16.110	37.617
Total	38.568	63.257
Alíquota de contribuição social	9%	9%
Crédito tributário de contribuição social	3.471	5.693
Prejuízo fiscal acumulado	22.458	25.640
Adições temporárias (i)	16.110	37.617
Total	38.568	63.257
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário de imposto de renda	9.642	15.814
Total do crédito tributário constituído	13.113	21.507
Crédito tributário sobre ajuste TVM (ii)	-	30
Total do crédito tributário	13.113	21.537

(i) As diferenças temporárias são formadas, basicamente, por provisões judiciais e provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA).

(ii) Refere-se aos efeitos tributários dos ajustes de títulos e valores mobiliários da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda.

b) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários:

O imposto de renda e a contribuição social serão realizados à medida que os prejuízos fiscais que os originaram sejam apresentados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023-2027
Base	38.568	2.549	3.586	11.568	9.431	3.739
Realização IRPJ/CSLL	13.113	867	1.219	3.933	3.207	1.271

7 BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2017	2016
Adiantamentos a funcionários	313	490
Comissões a recuperar	7	49
Total	320	539

8 INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização - %		Amortização acumulada		2017		2016	
		Custo		Total	Total	Total		
Licenças de uso de software	20	2.097	(991)	1.106	1.496			
Total		2.097		(991)	1.106	1.496		

9 RECURSOS PRÓPRIOS MÍNIMOS, DEPENDÊNCIA OPERACIONAL E PROVISÕES TÉCNICAS

Em 16 de dezembro de 2010, a ANS publicou a Resolução Normativa - RN nº 243, que estabelece novas regras para constituição de provisões técnicas, critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo e dependência operacional. As principais definições foram:

a) O Patrimônio Mínimo Ajustado - PMA representa o valor mínimo do patrimônio líquido ou patrimônio social, calculado a partir da multiplicação de fatores determinados pelo capital base de R\$8.146 (R\$7.908 em 31 de dezembro de 2016), anualmente atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Por esta razão, o PMA requerido desta Operadora, em 31 de dezembro de 2017, é de R\$263 (R\$255 em 31 de dezembro de 2016) sendo o patrimônio líquido ajustado da Operadora, em 31 de dezembro de 2017, de R\$ 58.079 (R\$ 44.201 em 31 de dezembro de 2016).

b) Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a provisão de eventos a liquidar, nos montantes de R\$ 4.218 e R\$ 1.360, respectivamente, representam valores relativos à prestação de serviços odontológicos efetuados por profissionais e clínicas conveniadas à Operadora em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência.

c) A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA é apurada conforme Resolução Normativa - RN nº 393/15 e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que ainda não tenham sido notificados à Operadora. A Operadora constitui a PEONA integralmente seguindo os parâmetros mínimos determinados pela RN nº 393/15. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a PEONA foi registrada nos montantes de R\$ 6.470 e R\$ 10.848, respectivamente.

d) Dependência Operacional: é o valor calculado com base na diferença, contada em dias, entre o prazo médio de pagamento de eventos assistenciais e o prazo médio de recebimento de contraprestações, decorrente do ciclo financeiro da operação de planos privados de assistência à saúde. O limite permitido pela ANS é de 30 dias. Esta Operadora apresenta excedente operacional inferior a zero, não estando obrigada a manter ativos garantidores.

e) Margem de solvência: manter patrimônio líquido superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, sendo 100% para as contraprestações da modalidade preestabelecido e 50% para a modalidade pós-estabelecido, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses, sendo 100% dos eventos/sinistros da modalidade preestabelecido e 50% para a modalidade pós-estabelecido, o maior dos dois.

	2017	2016
MARGEM DE SOLVÊNCIA	2017	2016
Patrimônio líquido	67.452	44.671
(+) Obrigações legais	-	9.754
(-) Créditos tributários (s/prejuízo e base negativa)	(7.636)	(8.718)
(-) Despesas antecipadas	(631)	(9)
(-) Ativo Intangível	(1.106)	(1.496)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	58.079	44.201
(A) 0,20 vezes das contraprestações - Últimos 12 meses	27.931	22.839
(B) 0,33 vezes da média dos eventos - Últimos 36 meses	20.379	18.441
Margem de solvência total = maior entre (A) e (B)	27.931	22.839
Proporção Cumulativa	63,16%	55,77%
Margem de Solvência Mínima	17.641	12.738
Suficiência (Insuficiência)	40.438	31.463

10 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2017	2016
Tributos e contribuições sobre o lucro a recolher	2017	2016
Imposto de renda	480	381
Contribuição social	179	142
Imposto sobre serviços	202	158
COFINS	50	23
COFINS	306	23
Subtotal	1.217	952
Tributos e contribuições de terceiros a recolher	2017	2016
Imposto de renda retido de terceiros	351	219
Imposto sobre serviços	106	22
Contribuições previdenciárias	477	432
FGTS	98	105
PIS/COFINS/CSLL	83	90
Taxa de Saúde Complementar - ANS	111	100
Subtotal	1.226	968
Total de tributos e contribuições a recolher	2.443	1.920

11 DÉBITOS DIVERSOS

	2017	2016
--	------	------

Metlife Planos Odontológicos Ltda.

CNPJ nº 03.273.825/0001-78 - ANS 40.648-1



Navigating life together

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais - R\$)

23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Operadora não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

24 COBERTURA DE SEGUROS

A Operadora adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Em 31 de dezembro de 2017, os seguros referem-se a riscos diversos de R\$ 15.976 e responsabilidade civil de R\$ 49.103 e englobam também as empresas Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. e MetLife Administradora de Planos Multipatrocinaos Ltda.

25 GERENCIAMENTO DE RISCO

A Operadora opera, exclusivamente, com planos odontológicos, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos e de associações. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Operadora são os riscos de mercado e concorrência, de flutuação dos custos médicos, de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela sua Administração.

Gestão de capital

O gerenciamento do capital da Operadora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócio bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam o Patrimônio Mínimo Ajustado (Resolução Normativa - RN nº 209 e alterações).

Diretoria

Raphael Afonso Godinho de Carvalho - Diretor-Presidente
Cassia Teresinha Lopes de Alcântara Gil - Diretora Técnica

Alejandro Gabriel Widder - Diretor Executivo
Cristina Varela - Controller

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Cotistas da
Metlife Planos Odontológicos Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Metlife Planos Odontológicos Ltda. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metlife Planos Odontológicos Ltda., em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Operadora é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso

Risco de mercado e concorrência

A Operadora opera em um mercado competitivo, concorrendo com outras empresas que oferecem planos odontológicos com benefícios similares, incluindo as seguradoras do ramo saúde e operadoras de planos de saúde e médicos hospitalares.

Risco de flutuação dos custos médicos odontológicos

Os contratos possuem prazo médio de 24 meses, cláusula de rescisão com aviso prévio de 60 dias e multa contratual para rescisões solicitadas fora de prazo. Em sua maioria também possuem cláusulas de reajuste anual do valor das taxas praticadas através do índice de sinistralidade, que consiste na divisão do valor dos custos incorridos nos últimos doze meses pelas contraprestações pecuniárias líquidas.

Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade da Operadora não receber valores decorrentes das contraprestações vencidas. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes.

Através de controles internos adequados, a Operadora monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está descrita na nota explicativa nº 3c.

No tocante à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através de um comitê de investimento se observados os dispostos da RN nº 392/15 da ANS no tocante à aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores.

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos

direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco através do equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos. Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados a garantia das provisões técnicas.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Operadora estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de investimentos. A Operadora busca reduzir os impactos das alterações nas taxas de juros através da elaboração de mandatos de investimento estabelecidos, considerando diversos aspectos, tais como: perfil de negócio, estudos atuariais e aspectos de liquidez.

Análise de sensibilidade de variações da taxa de juros

As flutuações das taxas de juros de curto prazo tais como o CDI, a Selic ou ainda as variações na Estrutura a Termo de Taxa de Juros, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e equivalente de caixa.

Em 31 de dezembro de 2017, se as taxas médias de mercado de 2017 fossem 2% maiores ou menores do que o verificado no período e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 aumentaria/diminuiria em aproximadamente R\$ 171.

26 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela diretoria e sócios cotistas da Operadora em 28 de março de 2017.

Contador

Marcos Antonio Klein
Contador - CRC 1SP225765/O-2

burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2018

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5



O CENESP possui o ambiente certo para o dia-a-dia dos seus colaboradores e clientes, com custos de ocupação altamente competitivos.

Ligue agora e agende sua visita:

(11) 3741-9553

www.centroempresarial.com.br

/centroempresarialdesaopaulo

@censsp

